

Carta aberta ao reitor

Problemas estruturais exigem respostas amplas e coragem política

A Adunesp repudia qualquer medida que represente confisco de direitos adquiridos e comprometimento da qualidade do ensino

É com extrema preocupação que a Adunesp vê os desdobramentos da reunião realizada pela reitoria, no dia 11 de agosto, com os diretores de Unidades e as entidades sindicais. Nos ofícios que se seguiram à reunião, está expresso um conjunto de medidas de contenção de gastos, que atingem todos as instâncias da vida da Universidade.

Diante do problema, as propostas da reitoria remetem a um corte geral de 15% nas verbas de custeio, a um conjunto de medidas menores (como o bloqueio de ligações para celulares e a proibição do uso de táxis, entre outros), à suspensão da nomeação de docentes até fevereiro de 2006 e, por fim, ao indeferimento de férias ou prorrogação de pagamento de 1/3 de férias relativos ao exercício de 2005 e primeiro semestre de 2006.

Um primeiro aspecto a ser destacado relaciona-se às justificativas para tais iniciativas: estaríamos diante de uma iminente crise financeira, gerada pela queda da arrecadação do ICMS de agora até o fim do ano. De acordo com o reitor da Unesp, a Secretaria da Fazenda está prevendo que a arrecadação feche o ano em R\$ 36,45 bilhões. Estudos do Fórum das Seis, também considerando um cenário de queda, apontam que esse número deve ficar na casa dos R\$ 37,6 bilhões. Ou seja, é preciso avaliar com cautela as previsões oriundas do governo, que historicamente são jogadas para baixo, obviamente para justificar medidas de arrocho de recursos para os serviços públicos (como a expansão de vagas, por exemplo).

Para a Adunesp, no entanto, a principal questão neste debate é política. É inaceitável que, diante de problemas reconhecidamente estruturais, a reitoria apresente medidas imediatistas e pontuais. Trata-se de uma visão restrita diante da gravidade da situação, mais uma vez procurando despejar sobre a comunidade acadêmica o ônus de uma crise que não foi gerada por ela.

Em vez de dirigir ameaças aos trabalhadores – “sugerindo”, por exemplo, que não contraiam compromissos, pois o décimo terceiro não está garantido – é preciso que a administração da Unesp assumira uma postura de coragem diante dos problemas.

Como é do amplo conhecimento de todos, a comunidade acadêmica mais uma vez está em luta pelo aumento de verbas para o ensino público e, em particular, para as universidades estaduais paulistas. Depois de anos de batalha na Assembléia Legislativa, finalmente em 2005 foram aprovadas emendas na LDO que aumentam as verbas (no caso das universidades, de 9,57% para 10% do ICMS). O governador Geraldo Alckmin, inimigo declarado da educação pública, vetou o que foi aprovado na Alesp, colocando para a comunidade a necessidade de uma ampla mobilização para reverter esse quadro.

E os reitores, como se posicionam diante disso? Até o momento, o reitor da Unesp e presidente do Cruesp sequer respondeu ao ofício enviado pelo Fórum das Seis no dia 11/8, solicitando uma reunião conjunta para debater as iniciativas cabíveis na luta contra o veto. Não seria este o terreno mais adequado para defender a Universidade? A administração anterior, que rezou piamente na cartilha do governo Alckmin, engolindo uma expansão de vagas eleitoreira e sem garantia de recursos, colocou em xeque o futuro da Universidade. E a atual administração, o que fará? Continuará seguindo a velha tática de jogar a conta para os trabalhadores e os estudantes? Ou assumirá uma postura de coragem política diante dos problemas, saindo junto com a comunidade acadêmica em defesa de mais verbas para o ensino público?

Adunesp Seção Sindical

São Paulo, 24 de agosto de 2005.